



CONFLITOS E OPORTUNIDADES PARA AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DOS QUILOMBOS DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA: UM ESTUDO MULTIDISCIPLINAR

Christiane dos Santos Rio Branco¹
Kátia Isabel Louzada Tostes²

RESUMO

O presente artigo traz como ponto central os conflitos vivenciados pelas comunidades quilombolas dos recortes espaciais de Quilombo Cafundá Astrogilda, Quilombo Camorim e Quilombo Dona Bilina, provindos da implantação do Parque Estadual da Pedra Branca, localizado na zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, com revisão e análise bibliográfica, fundamentada na observação direta com entrevistas individuais semiestruturadas e visitas de campo. Ao longo do trabalho fizemos um breve histórico do uso público do parque, evidenciando sua influência e impactos sobre as comunidades. O turismo de base comunitária e demais atividades de lazer são constantes na região, considerando a beleza cênica e a integração com a natureza, que esses locais proporcionam próximos ao meio urbano.

Palavras chaves:

Comunidades quilombolas. Parque Estadual da Pedra Branca. Unidade de Conservação.

ABSTRACT

The present article focuses on the conflicts experienced by quilombola communities in the spatial cutouts of Quilombo Cafundá Astrogilda, Quilombo Camorim and Quilombo Dona Bilina, arising from the implementation of the Pedra Branca State Park, located in the western zone of the Municipality of Rio de Janeiro. The research was carried out in a qualitative way, with literature review and analysis, based on direct observation with individual semi-structured interviews and field visits. Throughout the work, we provide a brief history of the park's public use, showing its influence and impacts on communities. Community-based tourism and other leisure activities are constant in the region, considering the scenic beauty and integration with nature that these places provide close to the urban environment.

Keywords:

Quilombola communities. Pedra Branca State Park. Conservation Unit.

¹ Mestranda- COC- Casa Oswaldo Cruz, chrismelriobranco@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, katiaisabel2@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Mediante o crescente cenário de desmatamentos, queimadas, grandes empreendimentos e fragilidades dos órgãos ambientais, proteger os Ecossistemas Associados é uma premissa para a continuidade dos Biomas. Segundo Santos e Vilhena (2015, p. 11), a criação de “áreas protegidas são importantes instrumentos para resguardar porções de nosso território ainda conservadas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e para a qualidade de vida”. Para tanto, em nossa legislação temos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de Julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL 2000). Estas são classificadas em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e as Unidades de Uso Sustentável, onde é permitido compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. As Unidades de Proteção Integral não concedem a permanência de população humana em seu interior, salvo para educação ambiental, recreação, pesquisa e turismo ecológico e desde que respeitem as exigências previstas no Plano de Manejo dessas áreas (BRASIL, 2000). As Unidades de Conservação (UC), que estão inseridas dentro da classificação de Proteção Integral são denominadas como: Parque Nacional, Parque Estadual, Parque Natural Municipal, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

O artigo se baseia em estudo desenvolvido dentro do Parque Estadual da Pedra Branca, aqui chamado PEPB, que atravessa 17 bairros localizados entre Barra de Guaratiba e Taquara. Uma peculiaridade dessa floresta é abrigar três territórios quilombolas: Cafundá Astrogilda, Camorim e Dona Bilina, que são dotados de saberes tradicionais que os acompanham por gerações. Essas populações tradicionais são formadas por pequenos produtores rurais de base familiar, nessa perspectiva utilizam-se do solo para subsistência.

Esse cenário desafiador para gestão do Parque, configura um nível de tensão, no que diz respeito a conciliação da legislação vigente e o direito desses cidadãos. Neste contexto, tem-se como objetivo trazer uma reflexão sobre os conflitos advindos da sobreposição desta UC com as populações tradicionais existentes em seu interior. O viés



desta pesquisa é fundamentado na análise das categorias: conflitos sociais, território, memória e identidade. Aspira-se, assim, colaborar para o conhecimento dos conflitos ambientais em unidades de conservação, que contenham comunidades tradicionais, assim como para o tratamento democrático dos mesmos, pelos inúmeros atores sociais envolvidos na questão. Nesta lógica essa pesquisa se justifica segundo a luta por territórios negros e conseqüentemente os acessos diferenciados aos direitos que lhes cabem, e pelo valor que essas comunidades representam para a preservação do patrimônio e da cultura afro-brasileira no território. Elucidando uma abordagem que irá dialogar com diversas disciplinas como: as ciências agrícolas e naturais, a antropologia, a sociologia, a geografia e o direito, mediante ao estudo do PEPB.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo se dividiram em duas etapas: revisão e análise bibliográfica e coleta de evidências em campo por meio da observação direta. Primeiramente foi realizada uma revisão literária sobre o PEPB através do plano de manejo, periódicos, artigos científicos, dissertações e teses, tendo como base as plataformas Scielo e Google Scholar.

Somou-se a esta, uma análise bibliográfica acerca dos conceitos geográficos de Território e Lugar, além de turismo, conflitos socioambientais, oportunidades e Unidades de Conservação. Além de uma pesquisa documental em registros, que não receberam tratamento científico, como as atas do conselho consultivo e da câmara temática de uso público, relatórios, reportagens, entre outros.

Com o intuito de compreender a construção dos conflitos e os diferentes pontos de vistas, foi aplicado a observação direta para as coletas de dados em campo. Também foram constituídas entrevistas semiestruturadas de forma individual, através de vídeo conferência, focadas nos principais atores sociais dos diferentes segmentos que compõem o processo.

Tratando-se de uma pesquisa de cunho qualitativo no recorte espacial do Parque Estadual da Pedra Branca, entre os anos de 2014 e 2021.



Importante ressaltar que o atual momento de medidas restritivas impostas pela pandemia da Covid-19, limitou a coleta direta de dados com a população estudada, contudo não impediu que os resultados fossem apresentados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para atingir os embates vivenciados cotidianamente pelas comunidades pesquisadas, é necessário fazer um ensaio sobre seus territórios, os elementos e os agentes que constroem as relações de poder e intenções que influenciam na identidade das comunidades.

Em todo território nacional, assim como em outros países, nos espaços ainda com áreas preservadas encontram-se populações tradicionais (Arruda, 1997). Essa conjuntura certamente implica em vários confrontos, que tangenciam as normas constitucionais que garantem ao direito ao modo de vida tradicional e a regras impostas pela criação desses locais protegidos. Sob essa óptica, os processos de luta pelo reconhecimento dentro do território, estão pautados na participação política da gestão do PEPB e nas manifestações culturais. Usando o território como um espaço de resistência e de representação simbólica. Neste contexto Diegues cita o território como um instrumento de grande importância na relação entre as populações tradicionais e o ambiente natural, e o conceitua como:

“Uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. (...) O território depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais existentes” (DIEGUES, 2008, p.85).

Pensar o território usado como um espaço dessas relações sociais, dominados por agentes que o apropriam, tornando-o repleto de mobilidade no tempo e no espaço, vai de encontro com conceitos bastante relevante para o estudo da Geografia.

É dentro desta complexa sobreposição de interesses que chegamos ao professor Rogério Haesbaert, estudioso deste conceito desde a década de 1990, que explicita as diversas facetas que atuam na composição do território.



“(…) o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política”. (HAESBAERT, 2004, p.9).

O território não é único e possui valores diferenciados para os atores sociais que nele atuam. Há territórios múltiplos tanto na porção física que dividem-se em fronteiras, quanto nos diversos valores que um único território representa para cada agente, o que nos leva ao conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004). O artigo busca elucidar esta multiterritorialidade, que diferencia os valores do território nos quilombos do PEPB.

Estudar territorialmente essas comunidades remanescentes de quilombos é também observar as disputas, que se estendem ao campo simbólico, como discorre Itaborahy (2010), que ao definir território menciona que além de considerar as relações materiais e de poder, é necessário ponderar também a noção de identidade, de simbolismo e cultura. Levando em conta que o território faz parte da identidade dos sujeitos, identidade essa, formada a partir de dois princípios:

“(…) a ancestralidade étnica e a coletividade campesina. Assim, o ser negro, as práticas de manejo da terra diferenciadas e passadas de geração a geração, as práticas religiosas e festivas, conhecimentos de plantas medicinais, confecção de produtos como o balaio e a peneira, a arquitetura e a construção das casas e demais estruturas existentes, o espaço comum de encontro, dentre outras características, têm como base a cultura e o espaço (território e territorialidade), ou seja, a relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente”. (ITABORAHY, 2010, p. 05).

A relação que as comunidades estudadas mantêm com o lugar e se apropriam do território é marcada pela interação com a terra, pautada na prática agrícola e regulada pelos vários ciclos econômicos de produção. Moreira (2007), ressalta que as populações tradicionais possuem conhecimento, práticas agrícolas e de subsistência adequadas ao ambiente em que vivem e possuem um papel de guardiões do patrimônio biogenético do planeta. Para Monteiro (2017), os saberes tradicionais no campo das ervas medicinais e da agricultura, estão dentro da coletividade e implicam diretamente na construção de seus territórios.

O conceito de espaço e lugar é retratado por Tuan (1983), enquanto a memória ou lembrança temporal propensos ao resgate dos tempos passados. Memória que para as



comunidades em pauta, se pronuncia em inúmeros relatos, num tempo em que a mesma unidade territorial era regida por seus proprietários e agora se encontra refutada das suas formas de territorialidade. Temos uma organização de poder no espaço em que o Estado está numa categoria privilegiada. Pode-se considerar uma forma vulpina de dominar um território historicamente usados pelas comunidades quilombolas.

De acordo com Cruz (2006), a identidade não está cristalizada nos processos de disputa, ela se posiciona como causa e efeito dos conflitos e lutas sociais. Conflitos estes, que para as comunidades em questão foram flutuantes ao longo do tempo de acordo com a capacidade fiscalizatória por parte da gestão do Parque (Cárceres 2017). Trazendo para essa população momentos de tensão, construindo uma identidade, pautada em lembranças e esquecimentos, que são alicerces para a definição de memória como clarifica Gondar (2016).

Em consonância com Pollak (1992), que descreve dentre os elementos da memória, a seletividade, facultando ao indivíduo ou ao grupo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Dentro da perspectiva dessas memórias, é desenhada a história dessas comunidades pautada na tradição oral e na narração, que para Benjamin (2012) são as formas de manutenção do processo de rememoração emergindo a memória individual e coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PEPB está sob a tutela do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que é um órgão criado pelo Governo do Estado, através da Lei Estadual N° 5.101, de 4 de outubro de 2007, vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente com a missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente, para promover o desenvolvimento sustentável. Atualmente, o PEPB encontra-se inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), segundo declaração da UNESCO, 1992.

Criado em 1974 comportando uma área de 12.491,72 hectares, localiza-se na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, inserido no Maciço da Pedra Branca, delimitado pela cota altimétrica acima de 100 metros.



Vejamos a seguir o mapa do Parque Estadual da Pedra Branca:



Figura 1 Fonte: INEA, 2013

Geograficamente abrange os bairros de: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jardim Sulacap, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba, entre outros. (FRANCO, 2013). Detentor de belíssimas paisagens e atrativos únicos como a Pedra do Telégrafo, que é visitada por turistas de várias partes do mundo e o Pico da Pedra Branca, que, com seus 1024 m de altitude, é o ponto mais alto do município do Rio de Janeiro. O Parque é aberto ao público de terça-feira a domingo das 8:00 às 17:00, e as formas de acesso são: através da sede denominada Pau da Fome, situada no bairro da Taquara e das três sub sedes a saber: Piraquara no bairro de Realengo; Camorim no bairro de Jacarepaguá e a Quilombola em Vargem Grande, que momento encontra-se desativada.

A seguir, o mapa do PEPB em relação aos limites dos bairros da cidade do Rio de Janeiro:



Figura 2 Fonte: INEA, 2013

Cabe salientar que a gestão do PEPB em observância ao artigo 27 do SNUC que prevê, que todas as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, em 2010, iniciou a elaboração deste documento técnico, com a finalidade de estabelecer seu zoneamento e normas que devem presidir o uso da área e o manejo de seus recursos naturais. O Plano de Manejo do PEPB foi homologado pela Resolução Inea nº 74, de 02 de julho de 2013, abrangendo 5 planos setoriais, que apontam os objetivos a serem alcançados pela gestão da Unidade de Conservação em período de cinco anos. Os Planos são: Plano Setorial de Conhecimento, Plano Setorial de Visitação, Plano Setorial de Integração com a região da Unidade de Conservação, Plano Setorial de Manejo dos Recursos, Plano Setorial de Proteção Ambiental e Plano Setorial de Operacionalização.

Dentre outras causas, o não reconhecimento das comunidades quilombolas no plano de manejo do PEPB, agravou o distanciamento entre a gestão do Parque e a dinâmica de vida dessas populações. Essa conjuntura somada ao pouco efetivo de funcionários e a dificuldade de locomoção pelo interior do Parque, exacerbam conflitos socioambientais, no que concerne ao uso público (UP) do PEPB. Uma vez que, a maioria das trilhas existentes foram abertas pelos moradores num momento antecedente a criação do Parque, ou após sua criação para acessar moradias e sítios ou turistas de passagem, Pellin (2014). O aumento no fluxo de visitantes que está previsto no Plano Setorial de Visitação, modifica consideravelmente o modo de vida dos habitantes desse território. Em discursos recorrentes nos espaços de diálogo, adversidades são reclamadas como:



lixos deixados no caminho e nos atrativos, retirada sem autorização dos produtos agrícolas da área de plantio, barulho excessivo e degradação do solo pela prática de motocross, Cárceres (2015).

Dentro da trajetória do UP no PEPB o projeto intitulado: “Fortalecimento e implantação da gestão do uso público para o incremento da visitação nos parques estaduais do Rio de Janeiro”, realizado em 2014, implementado pelo INEA merece destaque, pois fomentou o turismo em doze parques estaduais sustentáveis. Tendo como planos de ação: I) gestão da visitação; II) infraestrutura física; III) fomento à sustentabilidade; e, IV) comunicação. O PEPB foi um dos parques agraciados na composição desse projeto, e para tanto recebeu uma equipe temporária de três profissionais altamente qualificados, que se debruçaram inicialmente no campo realizando o mapeamento da maioria das trilhas e sua sinalização, assim como manejos específicos. O que resultou num diagnóstico do UP com apontamentos para as atividades já consolidadas e para as atividades com grande potencial de serem implementadas.

Outro marco foi o projeto “Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro”, em 2015 dando continuidade ao fortalecimento do UP no PEPB, com a premissa de incrementar e ordenar a visitação. Paralelamente no espectro da gestão compartilhada, estava sendo construído dentro do Mosaico Carioca, que reúne áreas protegidas do Estado do Rio de Janeiro, a implementação da Trilha Transcarioca, com aproximados 150 km, sendo 69 dentro do PEPB. A trilha que interliga as diversas UC's integrantes do Mosaico Carioca, passa pelas três esferas do poder público, partindo da região de Barra de Guaratiba e chegando até o Pão de Açúcar, com a premissa de funcionar como um corredor ecológico.

Concomitantemente o Conselho Consultivo do PEPB, instituído pela Portaria Inea/Dibap nº 27, de 10/10/2012, se fortalece quanto colegiado e espaço de diálogos compostos por membros da sociedade civil organizada, representantes das comunidades tradicionais, instituições de pesquisa, empresas públicas e privadas. Tal situação impulsionou os gestores do PEPB a criarem Câmaras Temáticas, para dar celeridade às inúmeras demandas debatidas nas reuniões do Conselho Consultivo. Dentre elas, as de Comunidades Tradicionais e Agroecologia e a de Uso Público, caracterizando uma mudança institucional no que se refere a partilha nas decisões sobre o UP dentro do PEPB.

A proposta da passagem da Trilha Transcarioca pelas comunidades quilombolas emergiu conflitos entre os gestores do parque e os moradores do Maciço da Pedra Branca,



pois para eles o aumento da visitação sem um devido ordenamento e sem a conexão adequada da população local ao planejamento da trilha, além de causar transtorno no cotidiano é uma iniciativa de imposição (Cárceres 2016). A Câmara Temática de Uso Público, foi um espaço oportuno para as definições desse embate, que culminou na mudança do traçado da trilha transcarioca, fazendo com que a mesma não passe pelas comunidades quilombolas.

Dentro do prisma das legislações conflitantes, outros componentes da relação de tensão perpassam essas comunidades, podendo ser expostos no impedimento de ampliar sua área plantada e edificada e na proibição da reformulação das estradas que são de uso misto tanto para acesso, como para escoamento da produção. Motivo pelo qual até os dias atuais, essa produção é levada em lombos de burros, tornando inviável a permanência de muitos moradores (Cárceres 2017).

Outro momento de conformidade foi em 2018 quando o INEA propôs o Projeto de Fortalecimento Histórico-Cultural dos Povos Quilombolas do PEPB, reconhecendo o valor dessas comunidades. Tendo como plano de fundo a Educação Ambiental, integrando o saber local a conservação da Mata Atlântica, formando condutores locais da própria comunidade. Sob essa perspectiva o turismo pedagógico inserido nas políticas ambientais, constrói uma troca de saberes para o reconhecimento identitário e patrimonial Oliveira (2020).

De acordo com dados obtidos nesta pesquisa, as características de cada Comunidade Quilombola se assemelham em lutas, conflitos e identidades, mas se diferenciam em suas particularidades, demonstrando as multiterritorialidades aqui abordadas. Os quilombos Cafundá-Astrogilda e Camorim foram reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, (FCP, 2013a; FCP, 2013b) em 2014 e o Quilombo Dona Bilina em 2017.

Como resultado deste estudo, é possível destacar algumas considerações a respeito das três comunidades quilombolas, suas características, formação e conflitos socioambientais, conforme a seguir.

O Quilombo do Camorim foi engenho de açúcar compondo o sertão Carioca no século XIX. No início de 2000 devido aos Grandes Jogos no Rio ocorreram especulações imobiliárias e os quilombolas ameaçados, buscaram o reconhecimento da tradicionalidade na Fundação Palmares, que se deu em 2014. A comunidade conta atualmente com 20 famílias, em torno de 200 pessoas. Há sítios arqueológicos,



cachoeiras, grutas, e grande aporte hídrico. Os patrimônios imateriais relatados são danças, jongo, capoeira, maculelê e a Sancofa (dança com gestos tribais, única no Camorin). A agricultura orgânica está presente, sendo importante fonte de recursos e de renda. Os principais conflitos socioambientais existentes atualmente são devido a especulação imobiliária e turismo predatório.

O Quilombo Cafundá Astrogilda tem esse nome devido ao distanciamento em relação a cidade (“cafundó” significa lugar muito longe) e de sua matriarca, Astrogilda Ferreira da Rosa. Na década de 30 a matriarca era conhecida na região, principalmente por realizar obras de assistência social e medicamentosa em seu centro espírita, em que a comunidade usufruía da medicina alternativa e medicamentos homeopáticos.

O projeto Ação Griô criado por Sandro dos Santos Mesquita, que vem a ser neto da Astrogilda, teve início no ano de 2014 com o desenvolvimento de um roteiro etnocultural, que ressalta a memória de ocupação da comunidade no território para os visitantes. Inicialmente, o público alvo do projeto eram principalmente alunos da rede pública e universitários, mas atualmente atende pequenos grupos de turistas. O projeto se fortaleceu através de parcerias com ONG’s, universidades e agências de turismo, ganhando visibilidade. É possível se agendado previamente desfrutar de um café da manhã, com alguns alimentos produzidos na própria comunidade, oferecido a um custo simbólico, para arcar apenas com as despesas do próprio café. Para grupos de turista também é cobrado um valor para contribuir com a manutenção da atividade. Dentro da fala do Sandro, uma provocação é reiterada durante a condução de muitos visitantes, que esperam encontrar no quilombo urbano a mesma arquitetura, vestimenta, comida, atividade laboral e até de transporte que ainda estão presentes em quilombos rurais ou até mesmo remetendo a época após abolição. Desta forma, um outro papel importante do Projeto Ação Griô é explicar que os laços identitários das comunidades tradicionais com seus territórios, estão assegurados na transmissão dos saberes ancestrais embasados na história oral. E que o direito de acesso aos avanços tecnológicos, não diluem sua tradicionalidade.

Por fim, temos o Quilombo Dona Bilina, que tem essa denominação em homenagem a Dona Bilina que foi uma importante rezadeira e benzedeira da comunidade. Esta é uma comunidade com muita tradição de agricultura, no passado haviam plantações de laranjas para exportação. Sua localização favoreceu o comércio e escoamento da



produção, sendo mais perto dos bairros urbanos. Na visita de campo foi possível conhecer a horta comunitária, feita pela comunidade para segurança alimentar frente a pandemia da Covid-19. Um conflito identificado é que parte da população ainda está em processo de reconhecimento da identidade quilombola e outra parte já se identifica nesta tradicionalidade.

A área sofre pressão da atuação de milícia e de especulações imobiliárias, clínicas de reabilitação que geram conflitos no uso e ocupação do solo e da água. Neste Quilombo podemos destacar o Rio Cabuçu, de grande valor socioambiental que atravessa o município do Rio, com nascente em Santíssimo e foz na Baía de Sepetiba. A poluição e a degradação ambiental são importantes ameaças para os recursos hídricos, não se destacando programas de recuperação de áreas degradadas e nem de Educação Ambiental.

O que este artigo traz como discussão é tornar visível a importância dessas comunidades quilombolas urbanas para a história da cidade do Rio de Janeiro, frente a fragilidades encontradas seja pela legislação ambiental vigente, seja pelo crescimento da cidade. Em relação ao caráter multidisciplinar desta pesquisa, podemos ressaltar conflitos e ameaças que se ligam diretamente ao Turismo e à Geografia ou à Geografia do Turismo. Evidentes são as questões de oportunidades e conflitos que se relacionam aos conceitos de Território, Lugar, Identidade e Cultura, conceitos que permeiam estas duas Ciências.

As mulheres exercem papel de destaque, em função disso os nomes de dois Quilombos homenageiam as duas mulheres: Astrogilda e Dona Bilina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos bairros que estão inseridos os quilombos estudados, é notório um crescimento urbano marcante, atraindo um significativo contingente demográfico, imprimindo novos usos nesses territórios, conforme Alves (2020).

Por outro lado, estar inserido numa área visada que sofre pressões, oportuniza a adesão de pessoas e iniciativas na causa da perpetuação do patrimônio cultural dessas comunidades e em prol da proteção dos seus direitos, frente a tantos desafios.

Diante do exposto fica evidente que a gama de atores envolvidos, os territórios sobrepostos, as diferentes formas materiais de apropriação dos espaços e seus respectivos



recursos, nos levam a indagações e questionamentos para futuros estudos em campo fértil de conhecimento. Mas em nosso entendimento as informações coletadas nesse estudo deverão subsidiar ações traçadas dentro do território, afim de respaldar as reivindicações de direitos e garantias da perpetuação da cultura ancestral enraizada dentro dos quilombos.

O turismo de base comunitária é uma estratégia de resistência entendida para estas comunidades, como forma de permanência no território. No entanto, estudos mais aprofundados com base na cartografia social, que abarca ferramentas como os mapas mentais, podem elencar pontos de valorização dos bens materiais e imateriais das comunidades, incrementando o guiamento. Essas implementações, contudo, necessitam de aporte financeiro, ainda sem perspectiva por parte do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. P. G. N. **Reflexões sobre o turismo com protagonismo comunitário no parque estadual da pedra branca: uso público, realidades, memória e reafirmação territorial** Dissertação de mestrado em Ecoturismo e Conservação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

ARRUDA, R. SV **“Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação”** Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol: 1, 1997 pag: 262-276.

BENJAMIN, W., **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-240. (Obras Escolhidas, v. I).

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Disponível em: . Acesso em: 05 de março de 2013.

CÁCERES, L. S. R. **Do Caminho à Trilha. As perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca** Revista *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 18 n. 1, p. 64-96, 2016.

CÁCERES, L. S. R. **O tempo que alcancei. Narrativas sobre o passado na comunidade Cafundá Astrogilda do Quilombo de Vargem Grande (RJ).** Revista Tempo e Argumento, vol. 9, núm. 22, pp. 259-287, 2017, Universidade do Estado de Santa Catarina

CRUZ, V. do C. **Pela outra margem da fronteira: Território, Identidade e Lutas Sociais na Amazônia.** Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.



DIEGUES A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª edição. Hucitec: NupaubUSP/CEC, São Paulo. 189p. 2008

Disponível em < <https://oeco.org.br/analises/mosaico-carioca-e-a-trilha-transcarioca-exemplos-de-integracao/>> visitado em 11/11/2021

FCP. Comunidade Cafundá Astrogilda. Processo de Certificação da Comunidade Cafundá Astrogilda (RJ) - nº 01420.013635/2013-11. Brasília, 2013a.

FCP. Quilombo Camorim. Processo de Certificação da Comunidade Camorim (RJ) - nº 01420.007233/2013-88. Brasília, 2013b.

GONDAR, J. **Cinco Proposições sobre memória social.** Revista Morpheus, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

HAESBAERT, R. 2004. **O Mito da Desterritorialização.** Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MONTEIRO G.R.F.F. **Sobreposições territoriais e re-existências locais: uma análise do conflito territorial do quilombo do grotão no parque estadual da serra da Tiririca** – Niterói/RJ. Anais do XII – ENANPEGE, Porto Alegre, 2017.

MOREIRA, E. **Conhecimento Tradicional e a proteção.** Revista T&C Amazônia, Ano V, número 11, 3 de julho de 2006.

OLIVEIRA, M.A.S.A. **A construção do patrimônio e identidades emergentes no Maciço da Pedra Branca.** Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, Porto Alegre, v. 26, p. 143-180; 2020

PELLIN, A.; **Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação urbanas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ),** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.2, , pp.344-373; mai-jul 2014.

Portaria Inea/Dibap nº 27, de 10/10/2012. Publicação (D.O.): 25/10/2012.

SIQUEIRA, J. C. (1998). **Ética e Meio Ambiente.** 88p.

TUAN, Y-Fu **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Universidade Estadual de Londrina, SP, 2015